

**HISTÓRIA AMBIENTAL DO ALTO URUGUAI,
RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**

**ENVIRONMENTAL HISTORY OF THE ALTO URUGUAY,
RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL**

Luana Nunes Martinazzo

Centro Universitário UNIVATES, Programa de Pós Graduação
em Ambiente e Desenvolvimento.
Endereço: Avenida Avelino Tallini, 171. Lajeado,
Rio Grande do Sul, Brasil - 95900-000.
lmartinazzo@yahoo.com.br

Neli Teresinha Galarce Machado*

***Autor para Correspondência** - Centro Universitário UNIVATES, Programa de
Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento.
Endereço: Avenida Avelino Tallini, 171, sala 101, prédio 8.
Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil - 95900-000.
ngalarce@univates.br

Jane Márcia Mazzarino

Centro Universitário UNIVATES, Programa de Pós Graduação
em Ambiente e Desenvolvimento.
Endereço: Avenida Avelino Tallini, 171. Lajeado,
Rio Grande do Sul, Brasil - 95900-000.
janemazzarino@univates.br

André Jasper

Centro Universitário UNIVATES, Programa de Pós Graduação
em Ambiente e Desenvolvimento.
Endereço: Avenida Avelino Tallini. Lajeado,
Rio Grande do Sul, Brasil - 95900-000.
ajasper@univates.br

RESUMO: Este artigo apresenta análises históricas e ambientais a partir de um estudo documental e etnográfico realizado na região denominada Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, Brasil. Este trabalho partiu da perspectiva da história ambiental a fim de contextualizar as mudanças e transformações na paisagem da região do Alto Uruguai, identificando os incentivos aos colonizadores europeus, as alterações na fisionomia natural e os reflexos na atual percepção dos moradores da região. A metodologia da pesquisa teve inspiração etnográfica. Para realizá-la, usou-se a pesquisa exploratória e analítica em documentos coletados no Arquivo Histórico Juarez Illa Font, da cidade de Erechim. Após a análise do material descrito, ensaios etnográficos foram realizados com alguns agricultores locais. Os dados da pesquisa foram destinados à compreensão de ações e do comportamento sociocultural e da relação do homem com a natureza. As conclusões apontam que a fisionomia natural da região do Alto Uruguai foi modificada de forma acelerada durante o início do processo de colonização (1900 a 1960). Os ideais políticos do período da colonização e a relação de domínio sobre a natureza dos primeiros colonizadores estão enraizados na cultura local e vêm influenciando a relação dos atuais moradores com o meio ambiente, o que confirma a necessidade de um trabalho de educação ambiental na região.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização, paisagem, história ambiental, Alto Uruguai, positivismo.

ABSTRACT: This paper seeks to understand the relations between the human being and the environment where he/she is inserted, starting from an analysis focusing the Upper-Uruguay region, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. We adopt the point of view that men and nature are essentially interrelated, being both of them active. Thus, beyond men interfere in the environment, nature is also in constant motion, intervenes and transforms. We will analyze the movements of the european settlers to adapt the environment to their needs and the effects of interactions with the environment over

the perception of it. To achieve this purpose, it will be identified the grants given to the european settlers, changes provoked in natural landscape and the consequences in the perception of descendants who inhabit the region today. The research method is composed by two parts: ethnographic and documentary research.

KEYWORDS: Colonization, landscape, environmental history, Alto Uruguay, positivism.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem-se dado atenção aos aspectos ambientais e culturais. As ciências humanas, como afirma Drummond (1991), relutaram durante algum tempo até aderirem a esta perspectiva. A história ambiental, então, surge como visão alternativa crescente. No olhar do mesmo autor, as pesquisas em história ambiental vêm crescendo timidamente no Brasil. Assim, os movimentos ambientalistas e as crises ambientais desafiaram as ciências sociais a ir além do distanciamento e da ideia de oposição entre cultura e natureza. Como afirma o autor, as pesquisas já existentes passaram responder a uma nova demanda de compreensão. A história ambiental procura entender a complexidade do ambiente e do homem como parte dele. Esse fato, na visão de Ponting (1995), não é recente, pois já fazia parte dos escritos de Karl Marx (1981), o qual afirmava que a história pode ser encarada de dois lados, sem ser separada do tempo. Em outras palavras, enquanto houver homens, as duas histórias se condicionarão reciprocamente.

Nas palavras de Capra (2006), há uma crise de percepção, onde o homem não se percebe como parte do meio. Deste modo, entendemos que os problemas da atualidade não podem ser entendidos isoladamente, uma vez que se trata de questões sistêmicas e interdependentes. A escassez dos recursos e a degradação do ambiente, quando associadas às populações em rápida expansão, levam ao

colapso das comunidades locais. Como exemplo, pode-se citar a colonização europeia no Brasil que, sob o ponto de vista do governo brasileiro, visava à exploração dos recursos naturais e ao desenvolvimento das regiões. Esse tipo de colonização gerou transformações na paisagem natural do Rio Grande do Sul e impactos ambientais em suas terras. Atina-se ao ambiente em que estavam inseridos na Europa com outro que, apesar de transformado pelas populações originárias da América, ainda não havia sido totalmente devastado, a reação frente à abundância de recursos foi a tentativa de dominação, quando da instalação do processo colonizatório.

Acredita-se que a ideia de possuir recursos infindáveis à disposição possa ter influenciado o pensamento dos moradores atuais da região, pois a relação homem e natureza é resultado dos estímulos recebidos ao longo da vida, e como afirma Carvalho (2002), essa relação remete-se à tradição, ou seja, à cultura, à relação que é estabelecida durante sua formação. Vygotsky (1989), também afirma que o tipo de relação vai depender dos estímulos e das experiências durante sua vida. Desse modo, as conexões do agricultor com a natureza foram construídas ao longo de sua história, baseada na observação de seus pais e avós. Noal (2003), que mantém a mesma linha de pensamento de Vygotsky (1989) e Carvalho (2002, p.338) entende que

[...] a dicotomia entre natureza/cultura pressupõe-se a preexistência de um poder diferencial entre uma e outra. No caso desse binarismo, a cultura foi sempre vista, pelo menos a partir da modernidade, como hegemônica e soberana sobre a natureza, sendo esta última passível de ser subjugada e dominada pela cultura.

Como reverter o quadro socioambiental inserido nessa teia de relacionamentos e papéis sociais com ideais tão diversificados? Os descendentes de europeus, na

região do Alto Uruguai, estavam na condição de agricultores/colonos e viram, tradicionalmente, a natureza como algo que lhes havia sido dado para estar a seu serviço e não como um meio do qual faziam parte. Desse modo, nas palavras do historiador espanhol Josep Fontana, a conquista e o domínio da natureza apresentavam-se normalmente, como sinais indiscutíveis de progresso (2000, p. 34). Para compreender a crise socioambiental vivida hoje, Mourão (2005, p.1) afirma que os homens perderam a noção de pertencimento. Nas palavras da mesma autora

A ideologia individualista da cultura industrial capitalista moderna construiu uma representação da pessoa humana como um ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as relações que o tornam humanos e ignora tudo que não esteja direta e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem estar.

Na concepção de Moscovici (2007), esse individualismo e, conseqüentemente, a crise socioambiental atual tem relação com o desencantamento do mundo. O desencantamento do mundo está relacionado com a redução dos fenômenos naturais para enumerá-los e calculá-los, como se faz com todo objeto de pensamento. Dessa forma, há um distanciamento da vida, e a natureza é tratada como um objeto e não mais como algo que tem vida. Entende-se que a relação do agricultor com a natureza não pode ser vista apenas sob a perspectiva da tradição, da cultura ou da ética, pois, para Soffiati (2002), é preciso evitar o reísmo, ou seja, o objetivismo absoluto, positivista, que busca uma única tipologia de análise. Assim sendo, alguns questionamentos surgem na linha dos entendimentos a partir das mudanças e transformações na paisagem da região do Alto Uruguai gaúcho, refletida nos incentivos dados aos colonizadores europeus e conseqüentemente os impactos ambientais oriundos da relação

dicotômica colonizadores/natureza. Nessa linha é possível observar a percepção dos agricultores e de que forma o pensamento positivista influenciou no uso e na ocupação do território nessa região.

A delimitação de região, utilizada nesta pesquisa, foi a da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), que é composta atualmente por 32 municípios: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Erebangó, Entre Rios do Sul, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Mariano Moro, Marcelino Ramos, Machadinho, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios, Viadutos. Durante o espaço temporal abarcado na pesquisa, a região era denominada Colônia Erechim. Atualmente caracteriza-se por ser agrícola com pequenas propriedades, a qual teve uma colonização mista e recebeu imigrantes de várias nacionalidades, pois o governo positivista tinha entre seus ideais a mistura de raças.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para melhor compreender a relação dos agricultores com a natureza na atualidade, realizou-se uma pesquisa exploratória e analítica, dentro da linha de pesquisa da história ambiental, que, de acordo com Drummond (1991), estuda a relação entre a natureza e a sociedade. Fez-se um recorte cultural e político da região estudada e dialogou-se com as demais ciências para melhor compreensão do objeto de estudo.

Os dados analisados nesta pesquisa foram coletados no Arquivo Histórico Juarez Illa Font da cidade de Erechim, onde foram analisados documentos tais como, o mapa dos aldeamentos indígenas de 1910, o mapa do plano geral de

viação do Norte do Rio Grande do Sul, o mapeamento da área central de Erechim, o mapa hidrológico do antigo município de Boa Vista de 1926, o mapa da região do Alto Uruguai e sua localização no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, o mapa do macrozoneamento ambiental do estado do Rio Grande do Sul (2008), o mapa do bioma mata atlântica (2007), fotografias tiradas no período de 1850 a 1960, regulamento de 4 de julho de 1900, lei 4771/65, relatórios da Secretaria de Obras Públicas (SOP) e da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) do período de 1900 a 1920 e relatos de imigrantes do período da colonização da região e início do século XX, entre 1909 e 1930.

Após a análise do material descrito, ensaios etnográficos foram realizados em visitas a agricultores que vivem na região há mais de 50 anos e ao cacique do aldeamento Toldo Votouro, a fim de conhecer a cultura local. Durante os ensaios, entrevistas estruturadas em forma de perguntas pré-estabelecidas e conversas semiestruturadas foram realizadas com o objetivo de observar os pontos de vista dos interlocutores. Durante a estada no campo, os dados recolhidos foram provenientes de observações do ambiente, fotos do arquivo pessoal dos agricultores, entrevistas de inspiração etnográfica, que são as conversações ocasionais no terreno, portanto, não estruturadas. Este método implica conhecer o “outro”, sendo que, quando o “outro” faz parte da própria sociedade do pesquisador, é preciso “estranhar o familiar e assim descobrir [...] o exótico no que está petrificado dentro de nós” (DA MATTA, 1987, p.157).

As entrevistas estiveram centradas em conversas sobre a história familiar e sua relação com o início da colonização na região, os incentivos oficiais, tais como propagandas, financiamento de terras, sementes e instrumentos de trabalho, as motivações para morar na região, a forma como os agricultores veem e sentem as mudanças na paisagem natural, além de outros conceitos, como leis ambientais, desenvolvimento, modernidade e preservação ambiental. As

entrevistas foram transcritas e analisadas em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

A base metodológica foi a análise do conteúdo, buscando formar uma teia de significados. A análise do ensaio de inspiração etnográfica serviu como suporte para a construção do texto científico, ressaltando o pensamento do atual morador da região, as semelhanças e diferenças nos discursos, visando a perceber a possível influência de seus antepassados.

Para perceber o entendimento que os agricultores descendentes de imigrantes europeus têm sobre desenvolvimento e sua relação com a natureza, buscou-se, primeiramente, compreender seu modo de ser e agir, perceber a sua trajetória de vida e tentar compreender o que está por trás de seu discurso, ou seja, analisar o todo para compreender as partes.

Nessa busca de compreensão total do descendente e atual morador da região estudada, ensaios etnográficos, objetivando maior proximidade dele para vivenciar seu dia a dia e sua história, foram realizados. A etnografia possibilita ao pesquisador observar mais de perto seu objeto de estudo. Um olhar, uma expressão, um gesto observado podem-se tornar um rico material capaz de abrir caminhos para o até então oculto, desconhecido.

A etnografia requer um grande envolvimento do pesquisador, pois tudo precisa ser observado e registrado. Assim, para Geertz, o etnógrafo “inscreve” o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente (GEERTZ, 1989, p.29). O etnógrafo não só descreve, mas busca a compreensão, a interpretação das situações; ele vê e analisa os comportamentos.

De acordo com Geertz, o homem é composto de “níveis”, cada um deles superposto a os inferiores e reforçando os que estão acima dele. À medida que se analisa o homem, retira-se camada após camada, sendo cada uma dessas camadas completa e irreduzível em si mesma, e revelando outra espécie de camada muito diferente embaixo dela (GEERTZ, 1989, p. 49). Nessa perspectiva, procurou-se retirar as camadas, compreender o que está por trás dos discursos, o silêncio.

No entanto, não se pode dizer que esta pesquisa é estritamente etnográfica. Da etnografia foram utilizados alguns recursos, como a observação dirigida (visitas a comunidades locais e interação com os moradores), a seleção dos informantes (pessoas que foram entrevistadas) e as anotações de campo. Com esses recursos, de inspiração etnográfica, foram mescladas entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas e transcritas.

Numa tentativa de melhor interpretação dos dados coletados nas entrevistas, utilizou-se a análise do conteúdo para descobrir o meio - silêncio, descrito por Foucault (2007), uma vez que busca atingir uma análise profunda do texto, isto é, visa a ultrapassar as “aparências”, os níveis mais superficiais do texto, residindo nesse processo de descoberta a desconfiança em relação aos planos subjetivo e ideológico, considerados elementos de deturpação da técnica. A explicitação de um ponto de vista, qualquer que seja a ótica explicitada, desvirtua os rumos da análise, ou seja, a ideologia é vista como o descaminho da descoberta científica (Rocha; Deusdará, 2005).

Pode-se afirmar que fornece técnicas para a descoberta do verdadeiro significado, possibilitando a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura, a busca pela compreensão e o esclarecimento do até então desconhecido. A pesquisa de campo se deu no sentido de mergulhar na cultura, no contexto social dos descendentes de imigrantes europeus, para isso foram realizados ensaios etnográficos nos municípios de Campinas do Sul, Faxinalzinho e

Benjamim Constant do Sul no período de maio a julho de 2010. O primeiro ensaio ocorreu na cidade de Campinas do Sul, com visita a duas casas. A escolha dos agricultores entrevistados foi feita com o auxílio de um morador de 65 anos, proprietário de um posto de combustíveis e agricultor na região, que foi escolhido pela afinidade e por ser uma pessoa respeitada e conhecida na cidade. Esse morador nos acompanhou em todas as visitas realizadas na cidade. Todos os agricultores entrevistados não fizeram nenhuma oposição em participar da pesquisa. Os agricultores entrevistados moram atualmente na zona urbana.

CONTEXTO HISTÓRICO - POLÍTICA, COLONIZAÇÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Entende-se que para uma compreensão do atual panorama ambiental da região analisada se faz necessária a análise do contexto político do Estado do Rio Grande do Sul e da região.

Ao período da colonização do Norte do estado do Rio Grande do Sul o presidente da república, Afonso Pena (1906-1909) apresentava como lema “governar é povoar”. Suas principais medidas foram no sentido da construção de ferrovias e incentivo à imigração. Como sucessores, teve Nilo Peçanha (1909-1910) e o Marechal Hermes da Fonseca. Este último havia concluído seus estudos na escola militar, tendo sido influenciado por Benjamin Constant, um dos introdutores das ideias de Augusto Comte no Brasil, e não fugiu à influência de seu mestre.

No contexto estadual, Borges de Medeiros governou de 1898 a 1908. Representante da primeira geração republicana assumiu o governo por indicação de Júlio de Castilhos, um dos maiores representantes do positivismo no Brasil. Borges de Medeiros procurou dar continuidade ao projeto político de Júlio de Castilhos. Neste mesmo período, Torres Gonçalves, também positivista, era o

Diretor de Terras e Colonização. Logo, a ideologia política predominante, no período da colonização do norte do estado, foi o positivismo.

O positivismo de Augusto Comte tem como característica fundamental, na visão de Zilles, “a romantização da ciência, numa época marcada pelo início da industrialização moderna. A ciência é, segundo Comte, o único conhecimento, a única moral e a única religião possível” (ZILLES, 1987, p.132). O positivismo teve fortes influências no Brasil, tendo como sua representação máxima o emprego da frase positivista “Ordem e Progresso”, na bandeira brasileira, a qual foi extraída da fórmula máxima do Positivismo: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”.

Na concepção de Ivan Lins a primeira adesão da política Comtiana no Rio Grande do Sul é a de Augusto Luís, no artigo intitulado “Duas Palavras Sobre Literatura”, publicado em outubro de 1874, afirma que “Antes de adquirir foros de doutrina rigidamente definida, o Positivismo era, para os gaúchos, o amor da ciência exata” (Lins, 1967, p.186). Para Lins, Júlio de Castilhos soube aproveitar a paixão republicana, que dominava os gaúchos de tal modo que, de acordo com Guilhermino César, para a maioria dos gaúchos sua própria figura significava ordem e progresso.

No Rio Grande do Sul, em 1895, a criação da Diretoria de Terras e Colonização estimulou a colonização oficial por meio da imigração. Torres Gonçalves, responsável pela demarcação e pelo projeto inicial de colonização da Região do Alto Uruguai, também possuía uma forte influência positivista. De acordo com Sponchiado, “o primeiro caso em que Torres Gonçalves podem programar suas idéias e inovações em termos de colonização foi na colônia Erechim” (SPONCHIADO, 2005, p.226).

Nesse sentido é importante escrever sobre o contexto o qual estavam inseridos

os indígenas. Para o historiador Luis Fernando Laroque, desde a segunda metade do século XIX a política indigenista “*aproximava-se cada vez mais das perspectivas impostas pelo liberalismo econômico*” e passava problemas com assistência para “*setores particulares como empresas de colonização e grandes proprietários de terras*” (MOREIRA NETO, 1971 apud LAROQUE, 2000, p. 37). Assim, como afirma o mesmo historiador, foi promulgada a Lei de Terras de 1850.

A partir da revisão da tese de doutorado de Luis Fernando da Silva Laroque, destaca-se que a primeira expedição a entrar em contato oficialmente com os Kaingang do norte do Estado foi liderada pelo Major Atanagildo Pinto Martins, entre 1814 e 1819. Tratava-se de uma expedição com o objetivo de estabelecer uma rota de ligação entre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a Província de São Paulo (LAROQUE, 2007). Nesse estudo, são apresentados relatos de contato e de grupos hostis ou favoráveis a alianças. Desse modo, é atestada a ocupação tradicional indígena do território.

A priori, a demarcação das terras indígenas foi iniciada efetivamente em 1910 com a instituição do Serviço de Proteção aos Índios e ao Trabalhador Nacional (SPITN). Antes de 1904, segundo Baldissera (2008), esta região foi ocupada por posseiros que vinham ao Rio Grande do Sul buscar o gado para vendê-lo em São Paulo; por fugitivos das Revoluções Farroupilha (1835-1845) e Federalistas (1893); por caboclos seminômades que viviam da exploração da erva-mate nativa e por indígenas Kaingang. Essas terras oficialmente pertenciam ao governo do Estado e foram por ele julgadas devolutas.

Torres Gonçalves trata da questão indígena em vários relatórios do DTC. Em 1910 é criado o Serviço de Proteção ao Indígena (SPI) para o qual o diretor de terras elaborou, em 1917, uma série de instruções abaixo elencadas, sendo aprovadas por decisão presidencial de 15 de fevereiro de 1917,

1° - Junto a cada toldo será admitido um encarregado, reconhecido como homem moralizador, casado, que saiba ler, escrever e contar, que reconheça as regras práticas fundamentais sobre as culturas mais vulgares interessando à alimentação e tenha conhecimentos gerais de carpintaria.

2° - Por intermédio destes encarregados será prestada aos índios a proteção fundamental de que carecem; a) guiando-os e auxiliando-os na construção das suas habitações (geralmente de madeira), segundo pequenos projetos fornecidos pelas Comissões de Terras e Colonização a que estiverem sujeitos, iguais ou análogos aos tipos fornecidos; b) na construção do mobiliário mais indispensável como leitos, os quais não possuem; c) guiando-os e auxiliando-os na organização das lavouras mais necessárias, de milho (alimento predileto deles), feijão, mandioca, batata-doce, cana de açúcar, etc; d) Transmitindo-lhes os encarregados, com o concurso de suas esposas, o conhecimento de trabalhos caseiros, especialmente trabalhos de costura, para o preparo do vestuário, e inclusive ensinando às crianças a leitura, a escrita e contagem, porém sempre por meios suasórios; e) protegendo-os com energia contra a perseguição ou exploração dos ocidentais.

3° - Serão fornecidas aos Índios as ferramentas e sementes necessárias. As ferramentas não serão propriedade individual deles, porém fornecidas nas ocasiões em que delas careçam, e em seguida recolhidas ao depósito comum.

4° - os encarregados dos toldos diretamente subordinados às Comissões de Terras e Colonização respectivamente mais próximas, as quais realizarão a fiscalização dos trabalhos dos toldos e aplicação das verbas por intermédio dos seus diversos funcionários, especialmente dos inspetores florestais regionais e guardas florestais, além da inspeção pessoal indispensável e tão freqüente quanto possível dos Chefes de Comissão.

5° - É assegurada aos índios a mais completa liberdade de se organizarem como melhor lhes parecer, e especialmente serão respeitadas as autoridades que houverem instituído entre si, sem indagar do acerto de tais escolhas. Apenas se justificam, a este respeito, os conselhos que lhes possam ser ministrados, isto mesmo com muita prudência (jamais esquecendo o estado cerebral deles), de modo a não arriscar comprometer a conquista da confiança dos Índios, pois nesta confiança reside essencialmente o principal fundamento da eficácia de qualquer intervenção, e, em particular, da proteção que o estado deseja dispensar-lhes efetivamente.

Tal exposição evidencia a política que busca “civilizar” os indígenas por meio de uma tentativa de redução territorial, transformação das habitações e educação, papel desempenhado pelo SPI. Conforme Laroque (2007), esta medida demonstra a concepção humanista positivista de seus idealizadores, de que desse modo os indígenas poderiam “evoluir” para um estágio além do fetichista. Na visão de Wilson Olkoski,

os positivistas no Rio Grande do Sul, que governaram no período da República Velha, oscilavam entre manter e mudar o “modus

vivendi” dos índios, ou seja, expressavam a idéia romântica sobre os índios, porém pensavam que espontaneamente seriam como os ocidentais. Esta mesma contradição aparecia entre cultivar a terra pelos indígenas e preservá-las com reservas florestais. O fato que ainda se destaca e que aparece na terminologia usada sobre os índios, pelos positivistas, é que aqueles deveriam se ocidentalizar, isto é, ir aos poucos entrando na lógica do “progresso”.

Com o passar dos anos, percebe-se por meio de relatos dos DTC que os indígenas sofreram agressões por parte dos colonizadores e tiveram as fronteiras invadidas. Alguns grupos abandonaram os aldeamentos, os quais tiveram suas dimensões reduzidas.

Denys Cuche (2002, p. 10) apresenta a prerrogativa de que a diferenciação entre os grupos étnicos são “suas escolhas culturais, cada uma inventando soluções originais para os problemas que lhes são colocados”. Neste sentido, compreendemos que as reações de imigrantes europeus e indígenas seguiram cada uma a lógica interna do grupo. A ideia de tornar os indígenas “ocidentais” e comparar aos descendentes de imigrantes também influenciou o modo de pensar dos atuais moradores da região, como é possível de perceber no relato de um dos interlocutores da pesquisa. Trata-se de um morador de 65 anos da cidade de Faxinalzinho, proprietário de uma agropecuária e agricultor da região. Em 2010 foi realizada uma conversa, a qual foi transcrita

Não fazem nada, recebem tudo do governo e ainda querem mais terra, estamos entrando na justiça porque se eles receberem as terras que estão querendo, mais de 100 famílias de agricultores que sempre trabalharam nestas terras ficarão sem nada.

Nesse comentário do agricultor, percebemos o conflito de interesse entre descendentes de imigrantes e indígenas que identificam tradicionalmente o território como seu de direito. Pode-se destacar também o conflito que tem origem em função das concepções de mundo culturais divergentes. Não obstante, Simonian (1980, p. 11), se refere a reserva Toldo Votouro a qual foi

demarcada com 3.104ha em 1918. Em 1962, por interferência direta do estado fora reduzida em 1.664ha., sendo que deste total 1.032ha. foram colonizados (secção Tupi) e 632ha. Destinados para uma reserva florestal. Os indígenas ficariam, portanto, com apenas 1.440ha, mas depois de devastado o pinhal existente na 'reserva florestal', esta praticamente fora reintegrada à posse dos Kaingang.

Assim, a desapropriação, da qual fala o agricultor, é a devolução de terras indígenas que foram dadas pelo governo de 1918 e tiradas em 1962. Essa forma de pensar e agir do governo positivista da época está influenciando ainda hoje o pensamento dos moradores da região, como pode ser percebido nas palavras do mesmo entrevistado acima citado, morador de 65 anos da cidade de Faxinalzinho (Informação Oral, 2010)

Os antropólogos fizeram um relatório todo furado, contratamos uma empresa que está desmentindo todo o relatório. Eles falam que são nativos daqui, isto não é verdade eles vieram para cá na época da colonização trazidos pelo governo.

Os colonos descendentes de europeus pensam sua cultura, muitas vezes, como sendo superior à cultura indígena. Um dos aspectos dessa diferença é a relação com a natureza, que a partir da perspectiva indígena é ponderada como

diferente. Esse elemento é explicitamente observado na fala da liderança indígena do aldeamento Toldo Votouro (Informação Oral, 2010)

Se todos tivessem o pensamento que o índio tem, hoje nós não estaríamos correndo com toda essa poluição, falta d'água, se todos pensassem igual o povo indígena pensa, nós não estaríamos na situação que estamos hoje (...).

A liderança indígena, o cacique, confirma a fala de vários agricultores os quais afirmaram que os índios também destruíram grande parte das florestas nativas. Atualmente há uma movimentação para o reflorestamento das áreas devastadas. Pode-se observar, em alguns relatos citados acima, que a região do Toldo Votouro era mata fechada e os próprios indígenas do aldeamento comercializavam a madeira com os não índios, donos de madeireiras.

Nessa toada, de acordo com Laroque (2007), têm-se relatos de conflitos entre não índios e indígenas Kaingang durante a construção da estrada de ferro e a ocupação da região do Alto Uruguai. Os Kaingang sentiram-se ameaçados com a presença dos não índios em sua região e fizeram vários ataques a eles. Pode-se notar no relato de um imigrante polonês, que trabalhava na construção da estrada de ferro, em 1908 (WACHOWICZ, 2001, p. 39 apud LAROQUE, 2007, p.122),

No primeiro domingo de novembro, caiu sobre a população (União da Vitória) a notícia que o trem traria alguns operários mortos pelos índios. Quase toda a população da cidadezinha acorreu à estação ferroviária, à espera da chegada extra do trem [...] Por fim, ouvimos o apito da locomotiva. Num dos vagões a descoberto, forrado de galhos verdes, estavam estirados os corpos dos trabalhadores mortos. Uma senhora, já de certa idade, alemã, lançou-

se gritando convulsivamente, sobre o corpo do filho. Quatro dos mortos eram poloneses os quais chegaram à procura de soldo, das colônias afastadas [...] Neste mesmo dia, foram todos enterrados numa vala comum, como é costume aqui, sem nenhuma cerimônia.

Como este ataque, vários outros aconteceram a trabalhadores da estrada de ferro e a pioneiros, no início da colonização europeia desta região. De acordo com Santos (2005), a presença do tropeiro e do colonizador desencadearam os conflitos sócio-econômicos e políticos que hoje podem ser percebidos entre indígenas, colonos e fazendeiros da região. Percebe-se na fala do cacique do aldeamento Votouro as consequências do embate por terras (Informação Oral, 2010), pois “Hoje o que a gente sabe da história é que o povo indígena veio empurrado e o governo nos deixou aqui, neste local que estamos hoje. Isso foi feito pelos governos passados. Agora a gente tem pouco espaço”.

O cacique da reserva Toldo Votouro confirma que vieram para este local, onde se localiza o aldeamento, “empurrados”, não por vontade própria, mas obedecendo a uma solicitação do governo da época que, como já foi citado anteriormente, idealizou esses locais como uma forma de, gradativamente, civilizar os indígenas e facilitar o acesso de imigrantes às terras produtivas. Os indígenas que, anteriormente eram livres e transitavam pelo estado (os Kaingang são considerados seminômades), passaram a ter um espaço definitivo, demarcado pelo governo positivista. No governo de 1962, tiveram suas terras reduzidas, pois uma parte do aldeamento foi entregue a famílias de descendentes europeus com a proposta de reforma agrária, e outra foi destinada à reserva florestal.

A mata também era um assunto a permear as discussões positivistas, percebemos no regulamento, conforme Cassol (2003, p. 44),

O regulamento de 4 de julho de 1900 dispõe não só sobre a con-

servação das terras (arts. 55, 56) como também preceitua na parte terceira:

At.166 – Constitui o regime florestal o conjunto das disposições atinentes à conservação, exploração e criação das matas.

Art.167 – Denominam-se florestas, sob o ponto de vista legal, não só as matas propriamente ditas, mas também o mato de corte, os espinheirais, os aluviões e pastagens cobertas de mato, qualquer que seja sua extensão.

Art. 168 – São florestas protetoras todas aquelas que, estando situadas nas altitudes sobre encostas escarpadas, em pontos culminantes, arestas, cumes de montanhas, declives ou que se achando localizadas nas regiões das nascentes, em desfiladeiros ou barrancos, à beira de rios e arroios, ou que, suprimindo, enfim, a insuficiência das matas de uma zona, servem de proteção contra as assolações dos ventos, a queda das pedras, os aluimentos do terreno ou depressões, as enxurradas ou inundações.

Art. 169 – As florestas protetoras são públicas ou privadas: sobre umas e outras pode o Estado exercer a sua superior vigilância, a fim de prevenir as alterações do clima e conservar a fertilidade da terra, tendo em vista que a cultura agrícola do solo da floresta nem sempre compensa os prejuízos que resultam:

- a) da decomposição dos princípios orgânicos e esgotamento do terreno;*
- b) da lavagem das terras pelas águas pluviais, sobretudo nas declividades rápidas;*

c) da multiplicação de insetos nocivos às culturas florestais.

No regulamento elaborado em 1900, acima citado, a colonização do norte do estado foi planejada, as terras foram estudadas, demarcadas seguindo o critério do trabalho familiar com as pequenas propriedades e a mistura de raças, com uma preocupação com as florestas nativas e os mananciais.

Contudo, os colonizadores da época afirmam o contrário. Para o entrevistado de 65 anos de Faxinalzinho, “O governo incentivava derrubar. Eles queriam que a gente plantasse. Hoje é que eles falam em preservação” (Informação Oral, 2010). Outro morador de Campinas do Sul de 87 anos, reitera “Não ouvi falar de preservação ambiental naquela época, isso é coisa de uns 10 anos pra cá (Informação Oral, 2010).

Os relatos e falas posicionadas contrapõem os regimentos do governo da época. Como se pôde perceber a região surgiu com um regulamento que pregava a preservação ambiental. Os ideais positivistas, no papel, visavam ao desenvolvimento organizado, ressaltando a importância da preservação ambiental. Entretanto, na fala do agricultor, nota-se que esses ideais não eram colocados em prática pelo governo, que os incentivava a derrubar as matas.

Durante os ensaios etnográficos realizados, o único comentário que confirma a presença de guardas florestais e de leis ambientais na época da colonização foi no relato de um morador de 90 anos de Faxinalzinho o qual tinha a função de balseiro. Ele (Informação Oral, 2010) explica que “na época tinha guarda florestal. Eles é que autorizavam o transporte das madeiras. Mas era tudo fácil. Eles diziam que tinha 10 madeiras e tinha 20, sabe como é. Eles ganhavam também. Era muita madeira (...)”.

Na fala acima, nota-se que o trabalho de fiscalização se distanciava do ideal previsto no regulamento da época. De acordo com o balseiro, “era tudo fácil”,

ou seja, a fiscalização não impedia a exploração das madeiras.

INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NA COLONIZAÇÃO E NA IMIGRAÇÃO EUROPÉIA NO ALTO URUGUAI

A colonização da região do Alto Uruguai se fortaleceu com a construção da estrada de ferro que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo (Santa Maria - Itararé). De acordo com Wolff, “no fim do Império foi concedida a permissão para a construção de uma ferrovia que atravessaria o Norte da província do Rio Grande do Sul” (WOLFF, 2005, p.23). A concessão inicial foi obtida pelo engenheiro João Teixeira Soares, em 1889, sendo concluída em 1910.

A ferrovia facilitou o acesso a regiões até então pouco exploradas por não indígenas, permitindo assim o surgimento de novas colônias. A construção da estrada de ferro, de acordo com Sponchiado (2005, p. 229), está ligada ao pensamento positivista. Conforme observa-se abaixo:

Torres Gonçalves chega a afirmar que os trabalhos da Diretoria de Terras e Colonização, no seu ponto de vista industrial, se resumem no estabelecimento de uma boa rede de viação, sistematicamente instituída; isto é, na qual entra os meios de transporte que cada região comporta: férrea, fluviais e de rodagem. A importância de trabalhos de viação de rodagem colonial são notáveis, quer para a valorização da produção agrícola, quer para a da própria terra; portanto, para o aumento da receita que o Estado obtém da venda de lotes rurais a pequenos agricultores. Enfim, ‘a viação é a chave do progresso, e o grande estimulante econômico, especialmente em países novos e de grandes perspectivas como o nosso’. ‘No ponto de vista industrial, o eixo de toda a organização reside na

viação, pois a riqueza não vale pela sua existência, mas pelo seu proveito social, depende da sua circulação', arremata o funcionário seguidor de Comte.

Paulo Afonso Zarth (1997) destacou a importância da dicotomia da cobertura vegetal, entre campo nativo e floresta, nas formas de apropriação e utilização da terra no Rio Grande do Sul dos séculos XVIII e XIX. Para Farinatti (2011) os campos e as pastagens naturais, teriam sido apropriados mais rapidamente, divididos em grandes áreas dedicadas à criação de gado. Já as áreas florestais não interessaram, em um primeiro momento, aos estancieiros, visto serem inadequadas para a grande pecuária. Em algumas dessas áreas florestais foram instalados colonos imigrantes alemães e italianos, ao longo do século XIX.

No entanto, essas terras altas, como o caso das terras do Alto Uruguai, cobertas por espessas matas, não estavam vazias à espera do braço imigrante. Ali se instalaram muitos daqueles elementos luso-brasileiros que não conseguiram tornarem-se estancieiros, buscando sobreviver através de uma pequena agricultura de alimentos. Esses lavradores muitas vezes foram expropriados e envolveram-se em conflitos no processo quase secular de instalação de colônias imigrantes em solo gaúcho e a preferência dos agricultores por áreas florestais e dos criadores por áreas de campos era uma tônica em todo o Brasil colonial e monárquico. Os maiores proprietários, em terras gaúchas, eram invariavelmente pecuaristas, preferencialmente voltados às áreas de campos, não disputando, a princípio, as mesmas terras com os pequenos lavradores.

Segundo Cassol (2003), a demarcação das terras de Erechim teve início em 1904 com a exploração simultânea do traçado de onde se instalaria a ferrovia. Para Sponchiado (2005), foi o engenheiro Torres Gonçalves que propôs ao Governo do Estado a criação da colônia Erechim, no município de Passo Fundo,

onde o governo tinha uma área de 70.000 hectares. O engenheiro, então Diretor de Terras, propôs o seguinte plano:

Tratando-se de uma colônia em via de fundação, esta Diretoria preocupou-se em que ficasse expurgada dos defeitos de mais monta das antigas colônias. Neste sentido redigiu bases, que aceitasse [refere-se ao Secretário da SOP, Cândido José Godoy], segundo as quais se realizaria primeiramente a discriminação da área total da colônia, em seguida seriam levantados os cursos de água principais e projetadas as estradas de rodagem, e só então se procederia à divisão em lotes, - não mais com orientação uniforme como nas antigas colônias -, mas orientadas segundo as estradas de rodagem projetadas e os cursos de água, de modo a disporem todos de viação fácil, e, quanto possível, de aguadas abundantes.

Essa organização na demarcação dos lotes, antes da chegada dos imigrantes, fica evidente na visão aérea da cidade. O traçado da cidade foi feito por Torres Gonçalves baseado nos moldes de grandes capitais, como Paris e Buenos Aires. Os nomes das ruas receberam forte influência positivista, com valorização dos vultos históricos. Baldissera (2008, p.65) proporciona um panorama das principais preocupações na distribuição dos lotes urbanos os quais

mediam 1000 m². Isso para que a família tivesse um pomar, uma horta, local para a criação de animais (galinhas, porcos), residência ampla e área de lazer. Também era objetivo que a propriedade tivesse sol durante todo o dia. Os lotes rurais mediam 250 mil metros (ou 25 hectares), pois a pequena propriedade foi a opção do estado para esta região.

De acordo com Benincá (2006, p.33), a pequena propriedade foi valorizada pois “o positivismo elegeu a família como unidade ideal de trabalho”, ligada por traços sanguíneos, afetivos e de solidariedade

Deste modo é possível entender a preparação do governo positivista para o início da colonização da região do Alto Uruguai, considerando o traçado da cidade, o regulamento de proteção das florestas nativas e a escolha da pequena propriedade de terra para a região.

CHEGADA DOS IMIGRANTES

Em 1909, escolheu-se a margem direita do Rio dos Índios, o qual está localizado próximo ao município de Faxinalzinho e Benjamim Constant do Sul, no Rio Grande do Sul., a 5.587 metros da linha férrea, para instalar a sede da colônia Erechim. Neste local foram instalados 36 colonos, dos quais quatro famílias com 28 pessoas e oito indivíduos solteiros. A colônia, nesse mesmo ano, atingiu 226 pessoas, com 31 famílias de russos, alemães, italianos, austríacos e outras nacionalidades.

As famílias vinham da Europa, onde estavam enfrentando dificuldades econômicas. Em sua maioria eram artesãos, que se viram abalados com o início da industrialização e demais problemas. De acordo com Weiss (1949, p.17), representantes brasileiros realizavam encontros em restaurantes da cidade, estimulando a vinda desses imigrantes para o Brasil, que era um lugar promissor, com terra fértil em abundância. Eles ganhariam instrumentos agrícolas, sementes e vales que poderiam ser trocados por alimentos em pequenos comércios da região.

Os colonos chegavam ao Brasil sem nenhuma experiência no cultivo de terras. Segundo o historiador regional Weiss (1949, p.34), eram largados no meio da mata e, sem condições de retornar à sua terra natal, viam-se obrigados

a trabalhar duramente em busca de sua sobrevivência. Vários agricultores entrevistados nesta pesquisa contam que, depois de alguns anos instalados nas colônias brasileiras, sabiam que não teriam lucro, que estavam trabalhando para os moradores futuros, pois a “floresta era muito fechada e as raízes eram profundas, o que dificultava o trabalho com arados maiores”. Teriam de esperar que o tempo se encarregasse de decompor as raízes para, assim, poder trabalhar em áreas maiores com a ajuda de animais e arados grandes. No intuito de melhor compreender esta situação, Tasso (1958, p.23) sugere que se pense em

[...] uma família acostumada com a vida na Europa, chegando aqui com fogão floreado, com cortinados finos, com tudo que se pode imaginar de conforto naquele tempo. E se ver no mato, sem conduções, sem luz elétrica, sem saber derrubar o mato, sem sequer ter os instrumentos para isso, longe do comércio, longe dos seus, lá na distante Alemanha. Sem vizinhos, feito uns naufragos [...] Houve choro grande e desespero. Os que puderam agarraram e venderam tudo por qualquer coisa bastando obter o suficiente para voltar à Pátria. Felizes, muito felizes, por poder escapar, embora sem mais nada. Os que não puderam conseguir a volta, tiveram de ficar. Curtiram fome e miséria de matar.

Aos que ficavam na região restava o trabalho e a luta para “enfrentar” a mata e sobreviver. Como o retorno do lucro com as terras era demorado, o colono e escritor Weiss (1949) relata que os colonizadores deixavam os filhos mais novos e as mulheres cuidando das plantações e iam trabalhar nas estradas de rodagem; foi uma forma de ganhar dinheiro para trocar por mantimentos, animais de criação ou utensílios para suas casas, pois com o trabalho nas estradas podiam progredir mais rapidamente.

Conforme depoimento os colonos que chegavam, tinham em sua bagagem a esperança de um futuro melhor para si e para seus filhos. Em sua terra natal, enfatizando o contexto europeu do final do século XIX, não viam uma boa perspectiva de futuro. Contudo, no Brasil existiam possibilidades de lucro e melhores condições de vida. E isso dependeria exclusivamente do seu trabalho. É o que pode ser visto em Weiss (1949, p.16)

O Brasil era o novo 'Eldorado' e em pouco meus pais se entusiasmaram com a idéia da emigração, queriam ser agricultores numa região nova que estava sendo loteada na serra do Estado do Rio Grande do Sul. Era parcela de um vasto trecho de mata virgem... Um pedaço de terra nova, de exuberante fertilidade, onde crescia tudo o que quisesse plantar, por um preço verdadeiramente irrisório. O governo até pagaria as despesas de viagem desde o porto da Europa, até o destino final que, no Brasil, o emigrante escolhesse. Se fosse mato ainda receberia ferramentas, sementes e alimentos para uma porção de meses.

Nesse processo, os imigrantes chegavam à região e encontravam terra fértil, porém coberta por uma floresta densa, a qual, em seus pressupostos de vida, deveria ser derrubada para a construção da cidade, de seu futuro e de sua família. Precisavam “vencer” a mata e esta situação de derrubada foi um verdadeiro rito de passagem, no qual o agricultor sentia imensa satisfação. Pode-se observar em Weiss (1949, p.45)

Chegou o dia da queimada da roça. O sol ardia num céu sem nuvens. Mínimo-nos de taquaras secas que queimavam como archotes. Acendemos a derrubada em diversos pontos conjuntamente

com o vento favorável. As folhas estalavam de secas e a fogueira prometia ser boa. Já se levantavam aqui ali as chamas; a fumaça inicialmente tímida e pálida, desenvolvia-se rapidamente para jogar-se em espirais largas e escuras ao ar soprado pelo vento. As chamas já se entrelaçavam em toda a extensão lateral da roça, avançando e aniquilando em gigantescas lambadas tudo o que encontravam pela frente. As taquaras estalavam como tiros de metralhadoras, o combate estava no auge. Fixávamos bem este espetáculo grandioso belo que, sobretudo, nos enchia de satisfação, pois havíamos arrancado mais um pedaço da mata virgem e hostil para garantia de nosso futuro.

Para Baldissera (2008), na visão dos colonizadores, o pinheiro araucária (espécie *Araucaria angustifolia*) foi julgado um “estorvo”, pois, além de ser difícil de derrubar, demorava a se decompor. Somente após o surgimento das primeiras serrarias ele passou a ser uma nova fonte de renda, uma vez que foi grande a quantidade de madeiras com grande valor econômico. Os colonizadores colocavam as árvores em balsas que foram soltas rio Uruguai abaixo. Para Tasso (1958, p.14),

Erechim, não por culpa do povo, mas dos antigos governantes, não possui hoje pinheiros, nem cedros, nem mata. E fomos grandes exportadores de pinho e de madeiras de lei. Hoje importamos para construir. Os governantes de antanho não foram providentes. Vi eu muita roça repleta de troncos de pinheiros perdidos. Hoje lamentamos não termos feito reservas de pinhal e mato branco. Tarde demais.

De acordo com Ducatti Neto, as madeiras foram colocadas às margens do rio, à espera da enchente. Quando se aproximava o período das chuvas, o trabalho começava. “Quando sobrevinha a enchente, as balsas eram soltas com grande foguetório.” (Ducatti Neto, 1981, p. 269). As madeiras foram serradas e amarradas com cipó de imbé (*Philodendron imbe*). Mediam até 200 metros de comprimento.

Cada balsa tinha seu fogão de terra e barraca, com canais e dispensa para os mantimentos. Desciam o rio em direção a São Tomé ou Libres, na Argentina. “Cada balsa levava cerca de 600 dúzias de madeira. Mas grande parte se perdia. O cipó não aguentava na água e abria tudo” (Informação oral de um morador de 90 anos de Faxinalzinho, balseiro na época da colonização, 2010).

Grande quantidade de madeira foi transportada por balsas, pois tratava-se de um transporte barato. Porém muita madeira foi perdida com este tipo de transporte, já que a água acabava fazendo com que parte da madeira ficasse pelo caminho. As madeiras foram marcadas, os peões e os práticos que conduziam as balsas tinham, ao final da viagem, que prestar conta das que foram perdidas. Moradores relataram que havia tanta madeira na região, que, em determinadas épocas, foi inevitável o choque das balsas, sendo mais fácil amarrar uma na outra e formar um grande lastro de toras sobre as águas do Uruguai.

Para Ducatti Neto (1981), torna-se difícil estudar os resultados financeiros; contudo, acredita-se que vários se beneficiaram, pois o rio foi um transporte econômico. Na visão de um colonizador de 90 anos de Faxinalzinho (Informação Oral, 2010), balseiro na época da colonização, as madeiras não proporcionaram lucro pois,

Isso foi loucura do pessoal da época. Não lembro de ninguém que tenha ganhado dinheiro com a madeira aqui nesta região.

Eu ganhei 400 mil réis para descer em uma balsa, era bastante dinheiro na época, mas a gente tinha de voltar. Teve gente que tinha de pedir carona para voltar, porque o dinheiro acabava.

Com os impactos ambientais e o perigo enfrentado pelos balseiros para levar a madeira até seu destino final, os exploradores da madeira - aqueles que faziam a maior parte do trabalho - não tiveram grandes retornos financeiros. Mas a madeira foi exportada para a Europa no período do pós-guerra para ajudar na reconstrução das cidades. É possível que os comerciantes estivessem liderando esse ato, os quais enriqueceram às custas do trabalho e do sacrifício dos pequenos exploradores locais. A madeira também foi transportada por carroças puxadas com mulas até a estação ferroviária e de lá seguia para outros estados e países. Para Silvio Correa e Juliana Bublitz (2006, p. 118), a

exploração das florestas, sobretudo no que concerne à exportação da madeira, ocorreu concomitantemente à ramificação ferroviária do estado. Isso não significa afirmar que o escoamento pelo rio Uruguai e outros, pelos balseiros, não tenha sido uma importante via fluvial para a exploração madeireira, mas a ferrovia trouxe com ela colonos e empresas para derrubar as árvores e ocupar aquelas regiões de acordo com um modelo econômico propalado pelo governo do PRR.

As madeiras cresceram rapidamente e, para Baldissera (2008, p.94),

A madeira colocada ao longo das ferrovias, já se destacava em 1914. As principais serrarias pertenciam a Attilio Assoni, Emílio Noal, Alberto Rohe, Irmãos Reichmann, Ângelo Piazza, Becker, Menegati, Gauer dentre outros. Segundo os colonizadores em

depoimentos orais os engenhos serravam sem parar, não havendo vagões suficientes para realizar o transporte.

Até 1956, as madeiras não sofriam fiscalização adequada, como foi visto anteriormente. Após 1956, o governo brasileiro estava sob o comando de Juscelino Kubitschek, e no governo do estado estava Leonel Brizola. Com a maior parte da floresta devastada e com a diminuição das madeiras, outrora tão abundantes, o governo passou a fiscalizar mais de perto e a exigir um reflorestamento das áreas devastadas para o funcionamento das madeiras. Conforme um morador de 65 anos de Faxinalzinho, entrevistado (Informação Oral, 2010) “As balsas e madeiras funcionaram bem até 1956 mais ou menos, depois começaram exigir que tivesse um reflorestamento, aí o pessoal foi desistindo de trabalhar com as madeiras”.

Percebe-se que os agricultores desta região foram, desde pequenos, ensinados a explorar a natureza sem se preocupar com as consequências da exploração. Cresceram ouvindo o relato de seus pais e avós acerca da ocupação desta área, os quais falavam com orgulho das grandes áreas de matas que conseguiram derrubar durante o processo de colonização.

O espírito desbravador dos pioneiros, que chegaram com o objetivo de derrubar árvores para utilizar as terras na agricultura e na pecuária, visando o então “desenvolvimento” econômico da região, está presente até hoje na percepção de muitos agricultores, que se mostram indignados com projetos de reflorestamento ou com aqueles que “impedem” a derrubada de florestas nativas. Este discurso faz-se uma constante entre agricultores da região, os quais mantêm com a natureza a mesma relação que seus antepassados tinham com ela.

Pode-se perceber a mudança ocorrida na paisagem natural da região. E mais uma vez fica claro o sentido de domínio da natureza para o crescimento da

região com a chegada dos colonizadores. “Está evidente que após a chegada dos “brancos”, a região cresceu economicamente”. Essa fala, comum aos agricultores observados e entrevistados remete à origem da sociedade na região. Na visão de Serge Moscovici, a sociedade passa a ser o instrumento da luta contra a natureza, pois “a sociedade é uma modalidade de esquecimento da natureza” (1975, p. 327). Assim, o homem pretende dominá-la e vencê-la, pois para ele isso é desenvolvimento, isso lhe dá orgulho, pois “enfrentou e transformou as matas nativas em uma cidade”.

Nessa constante, os moradores atuais, em geral, mantêm o discurso daqueles que Sachs denominou “maníacos pelo crescimento”, os quais diziam que “*O meio ambiente é uma invenção dos países ricos para frear a industrialização dos países pobres. É uma invenção da burguesia para desviar a atenção de problemas mais importantes*” (SACHS, 2000, p.7). Pode-se relacionar tal discurso a uma lógica em âmbito maior, que permeou a transformação desde os tempos da colonização: a necessidade de progressão e a falta de preocupação com seus impactos.

Nesse sentido, o estudo das transformações da paisagem no passado implica em unir o enfoque histórico e geográfico, a paisagem e o espaço. Conforme Santos (2006, p. 103-104), a expressão materializada do espaço geográfico passa a ser “o conjunto das formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza” e para Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (2004, p. 09), seria o resultado da “ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural”.

Deste modo, a ação do homem, conforme Carl Sauer (2004, p. 43), se expressa na paisagem, tornando-se assim uma paisagem cultural, sujeita a mudanças, seja pelo desenvolvimento de uma cultura, pelo contato de diferentes culturas ou pela substituição de culturas. Como afirma Marlon Brandt (2010), ao longo do

processo histórico a dinâmica das diversas sociedades que ocuparam e ocupam o globo terrestre com temporalidades e espacialidades distintas, imprimiram diferentes marcas na paisagem natural (re)construindo-a e ressignificando-a, criando não somente bens materiais, mas também valores, crenças, costumes e representações, tanto da natureza quanto do homem.

Para alguns habitantes da região, as leis de preservação ambiental são importantes. No entanto, a contradição de seu discurso, no momento em que os mesmos são atingidos por alguma destas regras, torna-se perceptível. Percebe-se no relato (Informação Oral, 2010) do senhor de 65 anos de Faxinalzinho

As leis são importantes, mas têm de ser adequadas para cada caso, porque a nossa região é de pequenos agricultores, se a gente obedecer aos 30 metros da margem dos rios, não sobra nada para plantar (...).

A Lei que o agricultor entrevistado acima faz referência é a Lei 4771/65, cujo artigo 2º é citado a seguir:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de

10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; (Número acrescentado pela Lei nº 7.511, de 7.7.1986 e alterado pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Número acrescentado pela Lei nº 7.511, de 7.7.1986 e alterado pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989).

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

i) nas áreas metropolitanas definidas em lei. (Alínea acrescentada pela Lei nº 6.535, de 15.6.1978).

A Lei foi criada em 1965, no entanto, não atingia satisfatoriamente o campo prático. Atualmente observa-se maior rigor de fiscalização, incentivando os agricultores a cumpri-la. A Lei faz parte do Código Florestal, que está em processo de reformulação, gerando discussões especialmente entre a bancada ruralista e ambientalistas.

Assim, a crise ambiental enfrentada hoje é resultante do atual modelo econômico, dos governos e do processo de colonização que teve espaço na região. Os moradores da região ainda trazem o mesmo pensamento de exploração dos recursos naturais, como se fossem inesgotáveis. Pode-se inferir que se trata de uma resposta às condições e situações às quais foram submetidos. Pois, de acordo com Cucho (2000), até mesmo as respostas a necessidades fisiológicas humanas são intermediadas pela cultura e o comportamento atual dos moradores da região é fruto de uma colonização com vistas a uma exploração da natureza para o desenvolvimento, com um pensamento etnocentrista, que menosprezava indígenas e negros.

DISCUSSÕES FINAIS

Tendo em vista as transformações na paisagem natural da região do Alto Uruguai gaúcho, os incentivos dados aos colonizadores europeus baseados em uma ideologia positivista, sua relação com a natureza e a atual percepção dos descendentes, pressupomos que a fisionomia natural da região do Alto Uruguai foi modificada de forma acelerada especialmente durante o início do processo de colonização (1900 a 1960). As ações humanas com o objetivo de “*desenvolver a região*” transformaram a fisionomia natural de floresta araucária em uma região com características agrícolas, tendo como principais cultivos o milho, a soja e o trigo, devido à facilidade do manejo dessas culturas em função do tipo de solo, relevo e clima da região.

O governo positivista, que tinha como lema “ordem e progresso”, idealizou o processo de colonização da região. O Alto Uruguai teve leis ambientais focadas em seu desenvolvimento, sendo a colonização idealizada e planejada oficialmente, antes mesmo da chegada dos imigrantes. Seguindo a visão do positivismo de Augusto Comte, os governantes demarcaram as terras que deveriam ser colonizadas, planejaram seu traçado, de modo que facilitasse a construção de redes viárias, levando em consideração até mesmo os pontos de água e a facilidade de sua distribuição para a futura população. A região do Alto Uruguai foi organizada com um regulamento de terras que visava a proteção das florestas nativas e a preservação das matas ciliares. Contudo, as ações oficiais não atingiram o campo prático. A fiscalização e o acompanhamento, essenciais para a prática, foram deficientes. Como consequência, tendo como base os registros fotográficos e os relatos dos moradores mais antigos estima-se que houve uma redução de mais de 26% da floresta nativa do estado do Rio Grande do Sul.

Paralela a esta situação, houve a preocupação em “civilizar” moradores nativos e reduzir seus territórios para possibilitar a ocupação por imigrantes. Pode-se observar nos relatos e apreciações de alguns moradores e agricultores atuais da região, esses ideais políticos de desenvolvimento, progresso e superioridade étnica europeia encontram eco na cultura local atual. Percebe-se que os moradores atuais, a maioria descendente dos antigos colonizadores, ainda concebem sentimentos relacionados ao domínio da natureza, bem como de estranhamento quanto às demais etnias habitantes das proximidades, deixando evidente a situação de fronteira étnica.

Os cem anos de colonização marcam a historicidade dos moradores, em função de uma cultura que prima pela dominação da natureza. Para tentar reverter essa situação pode-se regatar o sentimento de pertencimento ao ambiente em que estão inseridos, por meio de um trabalho com foco na educação ambiental. Deste modo, acredita-se que, ao conhecer o histórico de destruição da região e os motivos que levaram os homens da época a agirem dessa forma, os atuais habitantes poderão compreender de maneira diferente sua realidade, e, por fim, modificar sua forma de ação sobre a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDISSERA, M. de A (2008). **De campo pequeno a grande Erechim**. Erechim: Edifapes.
- BENINCÁ, D. Reciclando a (des) ordem do progresso (2006). **ARCAN: uma alternativa sócio-ambiental**. Passo Fundo: IFIBE.
- BRANDT, M. (2010). Dos pinheirais à “terra dos trigais”: colonização e transformação da paisagem, Colônia Marechal Hindemburgo (1930-1950). **Caminhos da Geografia**, v. 11, n. 35 Set/2010. Uberlândia.
- BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 16 set. 1965.

CAPRA, F. (2006). **A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix.

CARVALHO, I. de M. (2002). **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS.

CASSOL, E. (2003). **Carlos Torres Gonçalves: Vida, Obra e Significado.** Erechim: São Cristóvão.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (2007). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CORREA, S. M. de S.; BUBLITZ, J. (2006). **Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul.

CUCHE, D. (2002) **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: EDUSC, 2002.

DA MATTA, R. (1987). **Relativizando.** Uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco.

DRUMMOND, J. A. (1991). A história ambiental: temas: fontes e linha de pesquisa. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v.4.

DUCATTI NETTO, A. (1981). **O grande Erechim e sua história.** Porto Alegre: EST.

DUPAS, G. (org). (2008). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais.** São Paulo: UNESP.

FARINATTI, L. A. E. (2000). Apropriação da terra e grupos sociais em uma região de fronteira agrária aberta no Rio Grande do Sul dos oitocentos (Santa Maria - século XIX). **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada.** Agosto. Porto Alegre. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s2a7.pdf>

FONTANA, J. (2000). **Introdução ao estudo da história geral.** Bauru: EDUSC.

FOULCAULT, M. (2007). **A arqueologia do saber.** Tradução de Luis Felipe Baeta

- Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GEERTZ, C. (1989). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC.
- LAROQUE, L. F. da S. (2007). Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os kaingangs e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). São Leopoldo: Unisinos. Instituto Anchieta de Pesquisas. **Revista Antropologia**, n.56.
- LAROQUE, L. F. da S. (2000). Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). São Leopoldo: Unisinos. Instituto Anchieta de Pesquisas.
- LINS, I. (1967). **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2 ed.
- LOUREIRO, C. (2004). **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez.
- MARX, K. (1981). **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MOSCOVICI, S. (2007). **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauada X Instituto Gaia.
- MOURÃO, L. (2005). **Pertencimento**. Artigo apresentado no II Congresso Internacional da Transdisciplinaridade, Vitória, ES, Julho. Disponível em www.ida.org.br/index.php?option=com_docman&task
- NOAL, F. O. (2003). **Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- OLKOSKI, W. (2010). Aspectos da história agrária dos Kaingang do médio Alto Uruguai-RS. **Revista de Ciências Humanas**. Frederico Westphalen: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Disponível em www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_5_53.pdf
- PONTING, C. (1995). **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. (2005). Análise do conteúdo e análise do discurso:

- aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. In: **Alea: Estudos Neolatinos**. V. 17. N.2. Rio de Janeiro. Julho/dezembro.
- SACHS, I. (2000). Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. **Revista Mundo & Vida**. Niterói.
- SANTOS, M. (2006). **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, N. (2005). **Balsas e Balseiros do Uruguai: reflexões e impactos para a historiografia de Nonoi**. Chapecó: Estampa.
- SAUER, C. (2004). Morfologia da Paisagem. **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- SIMONIAN, L. (1980). **Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang**. Ijuí: Editora da FIDENE.
- SOFFIATI, A. (2002). Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez.
- SPONCHIADO, B. A. (2005). **O Positivismo e a colonização no norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: URI.
- TASSO, C. (1958). **Meu Erechim cinquentão**. Erechim.
- VYGOTSKY, L. (1989). **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes.
- WEISS, J. (1949). **Colonos na selva: o conto de um emigrante como colono no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: edição própria.
- WOLFF, G. H. (2005). **Trilhos de ferro, trilhas de barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)**. Passo Fundo: UPF.
- ZARTH, P. A. (1997). **História Agrária do Planalto Gaúcho**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ.
- ZILLES, U. (1987). **Grandes tendências na filosofia do século XX e sua influência no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS.